O GLOBO
Publicado em 31/10/2023 - 05:57

Haddad tenta manter meta de déficit zero em 2024 após fala de Lula

APÓS FALA DE LULA...

HADDAD TENTA MANTER META

Ministro quer apoio do Congresso e pode antecipar medidas de 2024

ALVARO GRIBEL E RENAN MONTEIRO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Três dias depois de o presidente Lula colocar em xeque a meta de zerar o rombo das contas públicas em 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou pela primeira vez ontem sobre o assunto. Ele evitou responder diretamente se o governo mudará o alvo, mas disse que seu objetivo está estabelecido: manter o equilíbrio das contas públicas. Afirmou ainda que pode antecipar medidas de aumento de arrecadação e defendeu a aprovação dos projetos já em tramitação, numa tentativa de garantir a manutenção da meta fiscal do próximo ano. Uma reunião hoje com líderes da base, com a presença de Lula, vai discutir o assunto.

— O meu papel é buscar o equilíbrio fiscal. Farei isso enquanto estiver no cargo. Não é por pressão do mercado financeiro. Acredito que o Brasil, depois de dez anos, precisa voltar a olhar para as contas públicas — afirmou o ministro.

'MELHOR PARA O PAÍS'

Perguntado diversas vezes por jornalistas sobre a manutenção ou não do alvo de déficit zero, o titular da Fazenda desconversou e disse apenas que sua meta está definida:

— A minha meta está estabelecida: vou buscar o equilíbrio fiscal de todas as formas justas e necessárias para que tenhamos um país melhor.

Haddad falou por cerca de 40 minutos em uma entrevista após se reunir com Lula, pela manhã. Ele afirmou que a Fazenda vai apresentar todas as medidas possíveis para recompor a base de arrecadação do governo. Ainda assim, disse que não há "descompromisso" de Lula com a meta fiscal.

— Da parte do presidente não há nenhum descompromisso. Pelo contrário. Se ele não estivesse preocupado com a situação fiscal, ele não estaria pedindo apoio da área econômica para orientação das lideranças do Congresso. Isso (correção da base fiscal) é algo que precisa ser feito pelos Três Poderes — declarou o ministro.

Haddad reafirmou que tem tido colaboração dos Três Poderes, com vitórias no Judiciário, mas ressaltou que precisa de apoio:

— Não mudei de ideia, continuo com a mesma ideia, porque acredito que vai ser o melhor para o país. Agora, eu preciso de apoio político. Preciso do Congresso, preciso do Judiciário.

CRISTIANO MARIZ

Compromisso fiscal. "Meu papel é buscar o equilíbrio fiscal. Farei isso enquanto estiver nesse cargo", disse Haddad

Na sexta-feira, Lula afirmou que a meta de zerar o déficit primário nas contas públicas em 2024 não deve ser cumprida. O chefe do Executivo disse que o governo "não precisa disso" e citou preocupação com bloqueio de recursos para investimentos no exercício do ano que vem. A declaração lançou pressão sobre o dólar, a Bolsa, e colocou dúvidas sobre a trajetória de queda nos juros (*leia mais nas páginas 20 e 21*).

Segundo Haddad, as falas do presidente Lula refletem preocupação com a "erosão da base fiscal" do Estado brasileiro. Ele se referiu a duas decisões da Justiça que geraram perda de dezenas de bilhões de reais em arrecadação para o governo e para os estados.

QUEDA NA ARRECADAÇÃO

Uma delas é de 2017 e autorizou o abatimento, por empresas, de subvenções dadas por estados a empresas que estão sendo usadas para despesas de custeio. Essa decisão foi alterada recentemente pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), com ganho ao Executivo, mas o governo ainda aguarda votação de medida provisória pelo Congresso para buscar os valores atrasados e garantir a arrecadação de agora em diante.

A outra decisão foi a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e Cofins.

— O presidente constatou que os ralos tributários estão em patamar exagerado. Dizem que o presidente está sabotando o país. Não, o presidente está constatando os problemas advindos de decisões que podem ser reformadas, e as decisões que não podem ser reformadas serem saneadas — afirmou Haddad.

O ministro mencionou, sem citar nomes, o caso de uma empresa que se credenciou a receber crédito de PIS/Cofins de R$ 4,8 bilhões. E disse que essa é uma das razões que explicam a arrecadação mais fraca, mesmo com crescimento mais forte do PIB.

— O consumidor pagou o PIS/Cofins, a empresa recolheu para a Receita, e a Justiça está mandando devolver o tributo não para o consumidor, mas para a empresa que não pagou esse tributo — reclamou. — Essa é a razão pela qual as estimativas de receita deste ano não estão acontecendo na velocidade que pretendíamos, mesmo com o PIB crescendo — afirmou o ministro.

Dados da Receita Federal apontam que a arrecadação do governo federal, até setembro, teve uma queda de 0,78% em termos reais, já descontada a inflação. Desde janeiro, contudo, as projeções de crescimento do PIB deste ano saltaram de 0,5% para 2,89%, conforme o Boletim Focus do Banco Central.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 19

Copyright © Clipclap 2025.